

0021

IV Encontro Nacional dos
Professores de Extensão Das
Universidades Públicas

Painel: Universidade: Educação
e Alfabetização

Autores: Maria Oly Pey Abr. 1990

IV ENCONTRO NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Painel - Universidade: Educação e Alfabetização

Painelista - Maria Olg Peff

Srs. Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e demais presentes neste evento

Desenvolvo com esta intervenção algumas idéias síntese que me parecem oportunas para encaminhar discussões e/ou reflexões quanto aos sentidos, que a questão da alfabetização pode assumir na função de extensão da Universidade brasileira.

Concomitante, informo sobre os modos que a UFSC vem desenvolvendo para trabalhar a questão da alfabetização.

Não é surpreendente que as administrações universitárias se reúnam para discutir esta questão. Estamos no Ano Internacional da Alfabetização e grandes e pequenos grupos são movimentados em torno do assunto.

Vejam que desde a UNESCO abre inscrições para premiar trabalhos de destaque ligados especialmente à alfabetização de mulheres, à alfabetização no local de trabalho e a trabalhos ligados ao aprendizado dos direitos humanos (*). É até sutil a concomitância entre a alfabetização dos provavelmente "evadidos" ou expulsos do sistema escolar e a reflexão sobre a compreensão dos direitos humanos.

Não resta dúvida que parte dos agentes educacionais responsáveis pela "evasão" ou expulsão dos bancos escolares nas séries iniciais possui pela Universidade brasileira o que a responsabiliza, em parte, pelo fracasso da alfabetização do povo brasileiro. Segundo dados do Banco Mundial de 1.957 a 1.987 a evasão imediata pulou de 4,48% para 24,19% (**).

* Jornal Perspectiva Universitária - 04/90

** Jornal Folha de S. Paulo, Caderno Cidades, Domingos 29/04/90

Falta programas de ensino de bom nível na Universidade brasileira politicamente comprometidos com a formação de professores de educação básica, independente da idade dos estudantes; falta programas de formação permanente em serviço para profissionais da educação básica; falta um conceito de alfabetização para além do domínio dos códigos da escrita e da leitura em português, mas identificado com uma politizada educação básica da matemática, da organização político histórico social, da cultura técnica, científica e artística do povo e significativa para ele. Mas, especialmente, falta vontade política para fazer isto funcionar.

Ainda prefiro acreditar, conforme os analistas do Banco Mundial (**) que é uma "falta de visão estratégica" em educação no Brasil aplicar, como se vem aplicando e se pretende aplicar os miriguados investimentos em educação no ensino profissionalizante quando está provado que este depende de uma formação básica eficiente que dilate a compreensão do mundo sócio político, científico, tecnológico e organizacional da sociedade.

Neste sentido, me permitam insistir na idéia de que falta vontade política da Universidade brasileira de assumir a tarefa da educação do povo, que é justamente o que pode e deve marcar a sua existência enquanto agente do pensamento crítico fundamentado, e produtora de conhecimento que efetivamente sirva para apoiar políticas de atuação em todos os setores da vida nacional.

Fazer referência a desenvolvimento do pensamento crítico e produção de conhecimento não é, no meu caso, simples recurso de retórica. Já envasado é simplesmente porque com isso é que a Universidade conquista autonomia de gestão, ou seja, se permite oxigênio pela sociedade e não simplesmente manipular pelos capachos o políticos governamentais, bem como garante a possibilidade concreta, legítima e plural de influir no desenvolvimento social.

Na questão da alfabetização, conquistar autonomia de gestão significa imprimir no caráter das iniciativas que vier a desenvolver a compreensão de alfabetização mais lúcida que puder construir a partir de interesses da sociedade analfabetar e não a partir de interesses de grupos de poder internos ou externos à Universidade.

** Jornal Folha de S.P., caderno cidades, domingo 29/4/90

Na questão da alfabetização, conquistar a possibilidade concreta de influir no desenvolvimento social do povo é, concretamente definir e cumprir planos de ação que altere o quadro deprimente do analfabetismo político educacional do povo brasileiro.

A Universidade brasileira como um todo vem se experimentando em projetos de alfabetização e os estudos à respeito já permitem algumas sistematizações e interências para não repetir erros grosseiros quando se trata da educação popular, via extensão universitária.

Com base na cientificidade e/ou rigorosidade destes estudos é que me permito colocar que o espaço da extensão é um espaço cheio de contradições onde extensão e extensionismo são contindidos como práticas de mesmo caráter; e não o são como alerta Paulo Freire em Comunicação ou Extensão. Minha referência, portanto, é de que "a extensão deve ser vista como um espaço possibilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora que permita um intercâmbio de conhecimentos, no qual a Universidade aprenda a partir do saber popular e assessore as populações no sentido de sua emancipação crítica".*

Neste sentido, torna-se necessário que os projetos de alfabetização, via extensão, ensino e/ou pesquisa desenvolvam uma organização própria capaz de prestar, com competência, determinados serviços e assessorias às organizações populares da sociedade civil. Mas é preciso também que se garanta a autonomia destes movimentos, tanto na iniciativa, quanto no controle dos serviços prestados pela Universidade.

Dai advém o caráter dos projetos de alfabetização que eu me refiria antes que depende exclusivamente da vontade política de cada Universidade, no rumo de sua autonomia de gestão.

Se a extensão universitária decidir atuar numa perspectiva conservadora, seus projetos de alfabetização assumirão um caráter assistencialista porque toda iniciativa partirá de setores universitários para legitimar os interesses dos grupos hegemônicos da instituição, governamentais e para-governamentais.

Se a extensão universitária decide atuar numa perspectiva vanguardista, além de não superar o assistencialismo, reforça o eletismo. Quem saem contemplados são, da mesma forma, os interesses de grupos hegemônicos que na instituição universitária se afirmam vanguardias progressistas.

* GURGEL, Roberto Mauro em Extensão Universitária Comunicação ou Domesticação.

Se a extensão universitária se dispõe a conquistar a autonomia de gestão, respondendo as demandas das classes populares da sociedade civil, sem atrelamentos, numa perspectiva pluralista, terá de assumir o desafio de, conforme o professor Reinaldo Fleuri: (*) "... projetos de extensão universitária, mesmo sendo iniciados e controlados pela Universidade, abrem espaço para a erupção do movimento popular no interior da Instituição, tanto através de debates quanto através de projetos ligados à organizações populares. ... A presença do movimento popular, facilitado inclusive pelas atividades de extensão em educação popular, acusa contradições no interior da Universidade, provocando mudanças tanto na sua estrutura de poder, quando na sua estrutura acadêmica".

Resumindo, dependendo da vontade política da Universidade cada uma poderá ser mais ou menos oxigenadas em função da natureza dos projetos de alfabetização, via extensão.

Na UFSC vem existindo esforços de diferentes segmentos de pensar no sentido de equacionar a questão da alfabetização: Projeto de Assessoria Pedagógica a Funcionários da UFSC, no sentido de revitalizar a alfabetização; criação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização do Centro de Educação e o desenvolvimento de um curso permanente de Alfabetização em nível de especialização. Não falta competência instalada!

Nada melhor do que a história das experiências onde se evidenciam esforços condenados ao isolamento para mostrar a decisiva importância da vontade política para sustentá-los. Para tanto, passo a palavra à professora Celina, que me sucede nessa intervenção.

* FLEURI, Reinaldo - Tese de Doutorado

IV ENCONTRO NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Analphabetização/Alfabetização

Ratificando o que foi dito pela Profa. Maria Oly, o meu propósito é colocar alguns fatos que creio merecerem um pouco de reflexão ao tratarmos do problema da alfabetização quer da criança quer do adulto, enfim se quisermos tratar com seriedade que merece o problema da erradicação do analfabetismo.

Em 1987, foi realizado o primeiro Encontro Catarinense de Educação de Adultos, promovido pela Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Educar, cujo objetivo era discutir, analisar as ações que o estado de SC., via institucional ou não realizava em torno da alfabetização e Educação Básica para jovens e adultos das camadas populares.

Varias experiências foram apresentadas, discutidas e analisadas, inclusive uma experiência de educação pela UFSJ.

O que se pode considerar foi uma total fragmentação nas ações realizadas quer no aspecto metodológico, quer no filosófico/ideológico.

Assim, ficou estabelecida a necessidade de se elaborar um Plano Estadual de EDA cujo objetivo principal era melhorar a expansão quantitativa e qualitativa da educação na busca de uma resposta mais aproximada aos interesses e necessidades específicas da população adulta.

Criou-se então, através de portaria, uma Comissão Interinstitucional, envolvendo participantes da UFSJ, UDESC, SEE, Fundação EDUCAP e UNIDIME/SC, com a função de definir e executar um Plano Estadual de EDA.

Foi elaborado um documento preliminar submetido à ampla discussão em todo o Estado, através de encontros, seminários regionais envolvendo desde as unidades de ensino superior, até pessoas que de uma forma ou outra estivessem envolvidas e ou identificadas com alfabetização e educação de adultos.

Em novembro de 1988, foi realizado o segundo Encontro de EDA onde finalmente foi apresentado o Plano não como um processo acabado, mas dialético sujeito portanto a avaliações permanentes que permitam a sua adequação às necessidades e interesses da comunidade catarinense.

O Plano contém:

- Uma análise histórica da educação popular/EDA em SC. e no Brasil, onde inclusive são apresentados alguns dados bastante significativos referentes

A população excluída do ensino regular, quer através do não acesso, quer através da evasão escolar e que vem reforçar a necessidade que há do sistema educacional discutir e se preocupar com esta problemática de uma forma mais global

2 - Alguns fundamentos teórico metodológicos destacando a especificidade desta modalidade de ensino

3 - Objetivos

4 - Programas divididos em quatro a saber:

- Alfabetização e Ed. Básica
- Formação do Educador
- Materiais didáticos
- Pesquisa e informação

Em todos os programas são apresentados metas e algumas linhas de ação.

Finalizando a Comissão elabora um cronograma de ações para 1989, ano passado portanto.

Destas ações, a maioria não se concretizou por falta de recursos financeiros.

Duas delas, a primeira um curso de especialização que se pretendia fosse um curso emergencial e se constituísse acima de tudo num espaço de ampla discussão dessa modalidade de ensino, está sendo desenvolvido pela UDESC com participação da UFSC pela cedência de professores, tem esbarrado em sérias dificuldades financeiras e metodológicas, levando a uma evasão de mais de 50%.

A outra é uma pesquisa para avaliar ações em desenvolvimento nesta área, com vistas a construção de uma proposta curricular de alfabetização e Ed. Básica para adultos.

A proposta de pesquisa está pronta, aprovada pelo CNPq, e no entanto, até o presente momento os recursos não foram liberados.

Enfim, está bem claro para nós que se trata de mais um plano que ou é assumido politicamente e, portanto, executado, ou é mais um devaneio frustrado de técnicas que criam uma série de expectativas na comunidade e que jamais serão atendidas.

As instituições que permitem o avanço de discussão e geração de idéias são as mesmas que impedem politicamente a execução fomentando portanto, a inércia. Por isso neste ano internacional da alfabetização, se pensamos em implementar alguma ação nesta área, vamos primeiro avaliar o que já existe, junto de ampla discussão por toda a comunidade (levou-se 1 ano para conceber o que aí está) vamos melhorar o que for preciso e acima de tudo assumir politicamente nosso compromisso com as camadas

das populacionais marginalizadas.

A nível nacional em 1988, foi constituída uma Comissão Paritária com participação do MEC, SEE e SME, EDUCAR e que também depois de ampla discussão através de seminários em todos os estados apresentam as Diretrizes para uma Política Nacional de Educação Básica de jovens e adultos.

Pensar em erradicação do analfabetismo não surtirá efeito se o Sistema Educacional como um todo orgânico não responder com qualidade a esta tarefa independentemente de idade.

E a alfabetização de adultos mesmo que neste momento se coloque como emergencial, terá que ser discutida e resolvida dentro do quadro educacional que a gera e não através de campanhas e projetos isolados.

Por outro lado, a Universidade se comprometida com os interesses e necessidades do contexto social no qual está inserida, tem que participar na educação dessas camadas populares.

1 - Nos aspectos metodológicos através da pesquisa e extensão sistematizando estudos pesquisas e experiências metodológicas na área.

2 - Através da formação de RA

- Formação de professores
- Introdução de disciplinas nos currículos.
- Capacitação permanente de professores que estão atuando na área, através de cursos de extensão e especialização.